

CIDADE: QUALIDADE DE VIDA E CULTURA. ALGUNS TÓPICOS*

Como habitante de cidades desde que nasci – nomeadamente dos seus “centros” – como pessoa que consome e tenta produzir alguns elementos do que comumente se chama “cultura”, e como cidadão que se preocupa com a qualidade de vida colectiva (não sei como é que esse conceito se pode apenas e sobretudo conjugar no singular, no sentido de qualidade de vida própria), o tema deste debate não pode deixar de me dizer muito.

Mas não sou especialista, nem sequer de arqueologia urbana, especialidade (entre muitas da arqueologia) que tem precisamente a ver com as cidades, e se orienta por uma problemática e condicionalismos muito próprios.

Sou o que por tradição se chama pré-historiador, e isso significa que estudo sociedades – ou o que delas resta – para quem as cidades seriam não só entidades desconhecidas, como algo de tão estranho que lhes provocaria, por certo, grande surpresa, se não mesmo susto de morte! De facto, é um lugar-comum dizer que a cidade é o artefacto mais estranho que o ser humano produziu. Durante quase todo o seu percurso, a nossa espécie viveu sem cidades, que apareceram em alguns pontos do mundo há apenas uns 5000 anos. E se, para um “pré-historiador”, isso é muito recente, também é verdade que, mesmo depois, e até quase à actualidade, muitas comunidades continuaram a viver de forma mais ou menos longínqua em relação à “influência” das cidades.

Mas se a cidade não foi precisa, durante dezenas de milhares de anos (para não dizer centenas de milhar), para o ser humano se comportar como tal, não há dúvida de que ela, com tudo o que se lhe associa, parece ser uma realidade em permanente expansão, quase uma espécie de “pandemia”, roubando cada vez mais espaço ao “campo”, e fazendo penetrar a sua influência (nomeadamente através da indústria turística, mas também dos órgãos de comunicação social) até aos confins de todo o planeta.

Hoje, não há ninguém – para além de populações marginais (que repudiam violentamente a cidade, a qual identificam como um elemento agressor), marginalizadas, ou vivendo em níveis de pobreza muito intensos – que não deseje usufruir das vantagens (reais ou imaginárias) da cidade, mesmo que seja das suas periferias.

O mundo rural urbaniza-se a cada momento, penetrando pela rede das acessibilidades e dos “media”, e formando uma malha que é uma espécie nova de tecido urbano entremeadado de “campos”, enquanto o urbanita procura, através dos jardins, dos espaços verdes de que os

* Texto elaborado por ocasião do debate “O Presente e o Futuro do Centro do Porto. III – Qualidade de Vida e Cultura”, Porto, auditório da Reitoria da UP, 17.12.04 (a convite da coordenadora, Prof^a Teresa Marques, DG, FLUP).

empreiteiros ainda não tomaram conta, ou de outras estratégias, recriar a “natureza” e a sua nostalgia no coração mesmo da cidade.

A urbe promete qualidade de vida e acesso a bens culturais, restando saber em que é que consistem esses “valores” para os diferentes grupos sociais e para os indivíduos que coabitam na cidade. Torna-se óbvio que por aqui passam complexas formas de “distinção”, de exclusão/inclusão, umas vezes patentes, outras vezes subtis, competindo aos sociólogos, antropólogos, geógrafos, e outros, o estudo dessas práticas, representações, e fenómenos conexos.

Talvez o mais interessante, na perspectiva de uma pessoa preocupada com a solidariedade para com os mais carentes (não por uma questão apenas ética, mas em nome de um princípio de cidade como espaço “habitável”) é a questão de saber como é que a cidade pode re-construir práticas de sociabilidade colectiva que antigamente se associavam ao mundo aldeão e à família tradicional, à vizinhança, ao sentimento de inter-ajuda, à sensação (mesmo que mítica) de se estar “acompanhado” – aspectos que agora estão alterados por inúmeros factores de todos conhecidos. Refiro-me em particular ao fenómeno inquietante do prolongamento da vida sem condições, em total desamparo afectivo e de outra ordem. A cidade sempre foi o sítio onde as pessoas se encontravam (vem-me à mente a imagem das “plazas mayores” de Espanha), e agora é cada vez mais o espaço onde cada um (ou cada família) está no seu lugar privado a olhar para um monitor, seja de televisão, seja de computador. As condições de sobrevivência emocional neste “tele-espaço” preocupam-me, e julgo que deviam ser debatidas.

O arqueólogo, enquanto tal, pode intervir na cidade como parceiro a dois níveis: mais a montante, no planeamento urbano, exigindo que a sua competência seja considerada ao mesmo título de outras; e, mais a juzante, como parceiro atento ao espaço da cidade como palimpsesto histórico, como sobreposição de sinais de vivências e de acontecimentos, em suma, como agente patrimonializador, equilibrando a tendência para a atitude de “fazer novo” tão típica da modernidade, até hoje.

De facto, se essa atitude é muito interessante e criativa, produzindo até artefactos que parecem aterrados no espaço da cidade como extraterrestres (tipo “Casa da Música” do Porto), e assim se incorporam no tecido antigo causando novos pólos de atracção e vivência, também assume, no dia a dia, o carácter de uma grande diversidade de fenómenos destrutivos, evitáveis, e que são apenas fruto de incultura científica, histórica, etc.. Ou seja, de novas formas de boçalidade ligadas ao desenraizamento, ao pior “provincianismo” que pode haver, que é o do “cosmopolita” sem escrúpulos, e à febre do lucro e dos interesses que se jogam no espaço urbano.

Que capacidade têm os vários actores sociais que ocupam ou utilizam a cidade de se tornarem cada vez mais agentes da sua construção e cada vez menos meros figurantes de uma realidade que se fabrica apesar deles e os exclui? Esta parece ser a pergunta fundamental a fazer aos especialistas, por parte do olhar de quem está de fora como cientista, mas dentro como habitante inquieto e, na medida do possível, atento.

Vitor Oliveira Jorge
Porto, 16.12.04